



GT 49. Gênero e sexualidade: violência, subjetividades, territorialidades e direitos

Coordenador(es):

Isadora Lins França (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Sessão 1 - Gênero, violência e conflito

Debatedor/a: Heloisa Buarque de Almeida (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 2 - Sujeitos, sociabilidades e memória

Debatedor/a: Júlio Assis Simões (USP - Universidade de São Paulo)

Sessão 3 - Política, direitos e movimentos

Sérgio Luís Carrara (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

As últimas décadas têm assistido a transformações importantes no campo de gênero e sexualidade no Brasil, em direção à emergência de novos sujeitos, categorias e direitos num terreno permeado por disputas e conflitos. A antropologia tem fornecido contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com as populações cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por parte de diferentes atores sociais. O conhecimento produzido no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade tem também iluminado, de modo geral, processos de produção de diferenças e de desigualdades, partindo da perspectiva de que gênero e sexualidade se articulam – e constituem-se mutuamente – com outras categorias tais como raça, classe social, geração, territorialidades, entre outras. O objetivo deste GT é reunir trabalhos que, situados na intersecção entre gênero, sexualidade e outras categorias de diferença, ofereçam uma reflexão pertinente ao contexto contemporâneo, particularmente nos seguintes termos: 1) das dinâmicas relacionadas à violência nas suas diversas modalidades, contextos sociais e formas de administração; 2) dos intrincados processos de subjetivação relacionados a gênero e a sexualidade e da produção de corpos e sujeitos; 3) da constituição de territorialidades e dos processos envolvendo circulação, trânsitos, fluxos e fronteiras de diferentes ordens; 4) das transformações, conflitos e disputas no campo dos direitos, políticas e movimentos.

?Impróprio para menores?: desafios, controvérsias e resistências envolvendo diversidade sexual e de gênero na adolescência e juventude

Autoria: Vanessa Jorge Leite (UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo)

O Brasil tem sido palco nos últimos anos de diferentes controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade, que se articulam em um cenário de fortalecimento de ?conservadorismos? e têm como pontos de intersecção o confronto de moralidades em relação ao gênero e à sexualidade e a mobilização do discurso de defesa das crianças, adolescentes e jovens. Assistimos, na arena pública brasileira, ao fortalecimento de discursos religiosos "conservadores?", como parte de uma agenda transnacional antidireitos. Os atores que protagonizam essa ofensiva têm ocupado lugares de poder nas estruturas do Estado e acionado temáticas ligadas a gênero e sexualidade como artefatos políticos na deflagração de pânico morais. Contudo, o plano das disputas políticas é diferente do plano do cotidiano, pois lida com um jovem abstrato. Esse work pretende refletir, a partir do desenvolvimento de pesquisas e diálogos com profissionais que atuam junto a adolescentes e jovens, como esses debates se materializam nas instituições, especialmente a família e a



escola, e na vida dos jovens. Um ponto preocupante é a enorme força de normas e convenções sociais que, desde a primeira infância, excluem e discriminam aqueles que não ?cumprem? com o que é esperado para o gênero que lhes foi atribuído ao nascer. A educação na família, e que depois se mantém na escola, é ainda, hegemonicamente, pela afirmação de uma concepção em relação ao gênero que mantém desigualdades e hierarquias. E quando se chega à adolescência, com a vivência da sexualidade, a hierarquização se fortalece. Aqueles que rompem com as convenções sociais de gênero e sexualidade estão particularmente expostos às mais variadas formas de violência e discriminação em diferentes espaços sociais e instituições. O lugar da família, da escola e os valores religiosos parecem estar fortemente relacionados com a possibilidade (ou não) de afirmação dos direitos dos adolescentes ao exercício da sexualidade e trânsitos de gênero e interferir em processos de subjetivação e construção de identidades. Os ?adolescentes e jovens LGBTI? têm sido o foco de muitas disputas, sejam políticas, discursivas ou ideológicas. Com sua presença desafiadora e perturbadora nos espaços e instituições a que estão ligados/as, esses jovens têm forçado familiares, educadores e instituições a se repensarem, têm impelido à construção de novas institucionalidades que deem conta de suas necessidades, exigências e problemáticas. A diversidade sexual e de gênero é uma realidade na vida de um sem número de jovens. E eles vêm confrontando uma série de valores morais e convenções no cotidiano de suas vidas e fazendo negociações várias para garantir uma existência possível, mesmo que tal existência seja considerada ?imprópria para menores?.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: